



MINUTA DA ATA N.º 10

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e vinte e dois minutos, teve lugar a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo que decorreu no edifício sede da Junta de Freguesia e foi presidida por Célia Maria Mendes Correia. Na Mesa da Assembleia estavam, ainda, Alvarina Fernanda da Costa Ribeiro Oliveira Peixoto, como 1.º Secretário e Marco António Pinto Rodrigues, como 2.º Secretário. A Ordem de Trabalhos foi a seguinte: -----

Ponto Um – Intervenção do Público. -----

Ponto Três – Ordem de Dia. -----

Alínea d) Apreciação do relatório da Comissão de Inquérito.-----

Ponto Quatro – Informação da Presidente do Executivo.-----

Feita a chamada estavam presentes os seguintes membros: **Célia Maria Mendes Correia, Alvarina Fernanda da Costa Ribeiro Oliveira Peixoto, Maria Raquel Feiteira, José Lopes Armando, Marília Carolina Guedes Morgado Moreira Gomes, Joana Alexandra Carvalho Rangel, Marco António Pinto Rodrigues, Célia Maria Guedes Ferreira da Silva Barra, Pedro Manuel Antunes Banhudo, Joaquim António Dias Andrade, Maria Enói de Oliveira da Rocha Natividade, Paulo Alexandre Ramos de Figueiredo Soares, Celso António Almeida Gomes, Alcina da Silva Santos da Silva, Joaquim Fernando Fonseca Pereira dos Santos, Jorge Filipe Simões Monteiro, Durval Soares Fernandes, Diana Sofia Oliveira Valente e Maria João de Matos Rodrigues Macedo.** -----

O membro António Joaquim Rodrigues Patornilho justificou a sua ausência e fez-se substituir por Paulo Alexandre Ramos de Figueiredo Soares. -----

Pelo Executivo da Junta estiveram presentes: a Presidente, Maria José Guerra Gamboa Campos, a Secretária, Maria Benilde Gabriel de Almeida, o Tesoureiro, Fernando de Carvalho Barrias e os Vogais Eduardo Moreira Gomes, Manuel António Coutinho Ferreirinha, Maria de Fátima da Silva Ferreira de Sousa e Firmino Pinto da Silva Matos.-----

Ponto Um – Intervenção do Público. -----

A Presidente da Mesa abriu as inscrições para os elementos do público que quisessem intervir. Inscreveram-se os seguintes cidadãos: Joaquim Santos e Cláudia Bernardo.-----

JOAQUIM SANTOS – Tomou a palavra para começar por se referir à última reunião desta Assembleia. Lamentou que não tenha sido possível resolver tudo dentro do tempo previsto e que a interrupção de 5 minutos que foi pedida se tenha prolongado quase indefinidamente. Gostaria que no assunto abordado, houvesse mais clareza porque não é isso que passa para o público assistente das assembleias. Referindo-se a outro assunto, lamentou que na inauguração da esquadra da Polícia, os elementos da Câmara se tenham deslocado em tantas viaturas, dando uma imagem de ostentação e despesismo. Aplaudiu o facto de o Executivo da Junta se ter lá deslocado a pé. Constatou, com tristeza, que do anterior Executivo da Junta não esteve lá ninguém a nível oficial, pois os dois elementos que identificou, não estavam lá nessa qualidade. Congratulou-se com o facto de a cerimónia ter decorrido sem



distúrbios. Terminou, dizendo que gostaria que o reparo que fez relativamente ao despesismo por parte dos elementos da Câmara fosse comunicado à Assembleia Municipal, através dos elementos desta Assembleia que fazem parte daquela.-----

A Presidente do Executivo disse que não comentaria a forma como a democracia utiliza o tempo: a democracia tem os seus custos e os seus caminhos e sabe que os colegas da Assembleia tentaram fazer o seu trabalho o melhor possível. Afirmou também que não comentaria o suposto despesismo mencionado. Os elementos do Executivo da Junta foram a pé porque estavam perto e não foi com nenhum outro propósito. O convite para esta inauguração foi dirigido pelo comando da PSP ao Executivo da Junta e não sabe o porquê do não endereço de convite à Assembleia de Freguesia.-----

CLÁUDIA BERNARDO – Na sua intervenção, afirmou ter conhecimento do descalabro antidemocrático que ocorreu na última assembleia. Informou-se acerca do assunto e tudo lhe parece simples. Foi formada uma comissão de inquérito que não tem tido a vida facilitada por parte de alguns elementos da mesma. Parece-lhe vergonhoso e inacreditável que o PS queira acabar com esta comissão de inquérito e que tal atitude leva a crer que há qualquer coisa a esconder. Não lhe parece correta a atitude do representante do BE que se demitiu da comissão, não respeitando assim a confiança dos canidenses que neles votaram. Como canidense, gostaria que este assunto fosse levado até ao fim e que as responsabilidades fossem apuradas.-----

A Presidente do Executivo disse que em democracia não há descalabros. A democracia precisa do seu tempo e não há horas determinadas. Aqui trabalha-se, luta-se e prossegue-se os compromissos com o povo que elegeu os seus representantes.-----

Ponto Três – Ordem de Dia.-----

Alínea d) Apreciação do relatório da Comissão de Inquérito.-----

A Presidente da Mesa abriu as inscrições para os eleitos que se quisessem pronunciar sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

RAQUEL FEITEIRA – Tomou a palavra para fazer a leitura de uma proposta designada por Documento A, relativa à extinção da Comissão de Inquérito sobre a demolição da Torre Chaminé do Fojo.-----

Os trabalhos foram interrompidos por breves minutos para que todos os eleitos tivessem acesso a este documento, antes de se pronunciarem.-----

ALCINA SILVA – Começou por dizer que, a fazer fé na intervenção do eleito Durval Fernandes na última Assembleia, teria ficado no ar a ideia de que a anterior Executivo poderia ter feito mais e não fez. Na sua opinião, o que fica no ar é que o atual Executivo podia ter feito tudo e nada fez. Não compreende como há canidenses que ficam indiferentes à demolição e a extinção da comissão de inquérito só põe mais responsabilidades no Executivo. Veio manifestar o seu descontentamento com a vontade do PS de acabar com a comissão de inquérito, por achar que está suficientemente esclarecido e por a representante do BE se ter demitido sem se ter chegado a qualquer conclusão. Afirmou que o PS nunca manifestou muita vontade em trabalhar na comissão mas não entende porque quer impedir que os outros partidos possam continuar a procurar a verdade. Disse que o património, mesmo não sendo



classificado, não pode ser demolido. Em 2002, a chaminé obteve um parecer favorável à sua existência por parte do IPPAR, de modo que as construções envolventes deveriam respeitar a chaminé e a fachada da fábrica do Fojo. Assim sendo, não se compreende porque é que a Câmara não respeitou este parecer. O PSD quer continuar a analisar este processo, a garantir que erros destes não voltam a acontecer e a informar a população das reais conclusões da comissão de inquérito. -----

DURVAL FERNANDES – Tomou a palavra para começar por dizer que a CDU solicitou que este assunto deixasse de fazer parte da Ordem de Trabalhos para regressar à comissão de inquérito, mas tal não lhe foi permitido. Afirmou que o relatório aqui apresentado na última assembleia é ilegal porque a haver um relatório deveria ser elaborado pela relatora da comissão de inquérito que é a eleita Alcina Silva e não a eleita Raquel Feiteira. Mais ainda, esse relatório deveria ser votado em sede de comissão e não na Assembleia. O relatório é referente a uma reunião de outubro, na qual se diz que o PSD, o CDS e a CDU não estão satisfeitos com os elementos recolhidos e que o PS e o BE estão esclarecidos. Ora, o BE em setembro já se tinha autoexcluído da comissão de inquérito, não podendo, portanto, ser referenciado nesta reunião e neste relatório. A CDU quer continuar com a comissão de inquérito e não entende quais as conclusões que o PS tira se as diligências ainda estão no início. Não entende como é que ainda não se ouviu o anterior Presidente do Executivo, o cidadão que apresentou a queixa ao Ministério Público e a atual Presidente do Executivo, pois estas audições fazem parte das competências da comissão de inquérito. Só assim seria possível apurar a verdade dos factos. -----

PAULO SOARES – Começou por dizer do seu desconforto por se sentir responsável por ter pedido um intervalo de 5 minutos na última assembleia, para resolver uma situação que não foi possível resolver. Contudo, como afirmou a Presidente do Executivo, a democracia tem os seus custos e fez o que a sua consciência lhe pediu, na defesa de Canidelo. Parece-lhe, todavia, que esse tempo não foi mal empregue, pois deu para avaliar os radicalismos que envolvem a questão. Disse desconhecer o parecer do IPPAR hoje citado e que, com este novo dado, o trabalho deve continuar a ser desenvolvido. Analisando o documento A, perguntou como é que não foi possível fixar o objeto do inquérito. Contudo, no relatório apresentado na última assembleia, fala-se de objeto que, afinal existe ou não, questionou. Seguidamente, perguntou, quais as competências da comissão de inquérito que estão fixadas e que se afirma estarem esgotadas. Se há conclusões do PS e do BE, porque é que não foi possível obter um relatório consensual. Numa comissão que trabalhou, que apresenta um relatório, que não consegue fixar um objeto e que esgota as suas competências, onde estão as atas das reuniões que reflitam todo o trabalho lá realizado. Nenhum dos membros da comissão merece um atestado de incompetência, porque não os deixaram trabalhar. Estes dados novos deveriam ser analisados no âmbito da competência da Junta e da Assembleia de Freguesia. É essencial que a comissão trabalhe e chegue a conclusão, nem que seja que não chegou a conclusão nenhuma. Terminou, questionando se haverá algo a esconder com a extinção da comissão de inquérito. -----



RAQUEL FEITEIRA – Lamentou que o eleito Paulo Soares não tenha participado na comissão de inquérito porque se tal tivesse acontecido não teria vindo “falar de cor”. Parece-lhe que o português da proposta é perceptível para todos. O PS baseou-se naquilo que a lei diz. O parecer do IPPAR foi analisado na comissão de inquérito e foi junto à denúncia do cidadão ao Ministério Público e nada adianta no sentido da decisão tomada. O P.D.M. aprovado em 2009 diz que não é preciso pedir qualquer parecer ao IPPAR e, se se pedir, tem de passar pela CCDRN e esta entidade anulou completamente o parecer do IPPAR. A eleita Alcina Silva foi eleita relatora sem a presença dos elementos do PS e, como tal, deve ser a ela que o eleito Paulo Soares deverá perguntar pelas atas da comissão de inquérito. Afirmou que este assunto já cansa e que há outros assuntos mais importantes para a freguesia. Manifestou o seu descontentamento com a forma como os colegas da comissão se comportaram nas reuniões, desrespeitando a lei e colocando tudo e todos em causa. Foi apurado que nada se opunha à demolição da chaminé e a Câmara cumpriu o P.D.M. e consultou a CCDRN a teve parecer favorável. A queixa-denúncia de particular foi arquivada e tornada pública, tendo o ministério Público concluído que a demolição da chaminé do Fojo foi legal. Perguntou como pode a comissão de inquérito estar acima da lei e parece-lhe que o PSD, o CDS e a CDU estão a fazer “uma caça às bruxas”. O PS não será conivente com tentativas de condenar pessoas de anteriores executivos da Junta e da Câmara que entenderam fazer o melhor possível pela comunidade. Terminou, dizendo que a comissão não está acima de ninguém.

JOAQUIM ANDRADE – Veio apresentar um protesto pela forma como a eleita Raquel Feiteira se dirigiu a esta Assembleia. Da última Assembleia, depreendeu que o PS atribuía as culpas da demolição da chaminé ao anterior Executivo da Junta, devido ao parecer enviado à Câmara quando solicitado atempadamente. Os pareceres emitidos pela Junta não são vinculativos porque, se o fossem, as bombas dos 4 Caminhos não estariam a provocar o caos atual, pois foi emitido um parecer negativo pela Junta. O PSD quer saber quem é o responsável, porque não imperou o bom senso. Há outras chaminés que não foram demolidas porque a Câmara se impôs. Deveria ter feito o mesmo neste caso e não o fez.-----

RAQUEL FEITEIRA – Em defesa da honra, disse não ter sido malcriada e que manifestou a sua indignação da forma que lhe pareceu mais conveniente. -----

PAULO SOARES – Em defesa da honra, disse que a eleita Raquel Feiteira o acusou de “falar de cor”. As perguntas que fez, foi à Presidente da Assembleia e a eleita Raquel Feiteira quis responder por ela. Nunca ofendeu ninguém e apelou à Presidente da Assembleia para que as ofensas não se repitam. -----

MARIA JOÃO MACEDO – Tendo sido visada, bem como o BE, em várias intervenções, entendeu por bem esclarecer alguns pontos. Da análise dos documentos apresentados na comissão de inquérito, o BE concluiu que não houve ilegalidade na demolição da chaminé do Fojo, facto corroborado pela decisão do Tribunal face à queixa do cidadão particular. No terreno da cerâmica do Fojo foi construída uma empresa de *bricolage* que deu emprego a 60 pessoas, facto esse a que ninguém tem dado relevo e que, face ao elevado



emprego existente, lhe parece muito mais importante do que a atual discussão. Foi por estes factos que o BE se excluiu da comissão de inquérito. -----
DIANA VALENTE – Perguntou se a eleita Raquel Feiteira foi nomeada relatora da comissão de inquérito, se o relatório é ou não válido e se como tal podia ter sido por ela apresentado.-----

A Presidente da Mesa disse que em nenhuma das reuniões por si convocadas para o efeito, a eleita Alcina Silva foi nomeada relatora. Contudo, foi informada desse facto pelos colegas da comissão e nunca pôs essa informação em causa. A eleita Raquel Feiteira entendeu elaborar este relatório e fê-lo chegar aos elementos da Assembleia e ela mesma deve ser questionada sobre a facto de ter assinado como relatora.-----

DURVAL FERNANDES – Lamentou a linguagem utilizada pela eleita Raquel Feiteira e não lhe parece benéfico o PS ter uma pessoa assim como líder de bancada. Esclareceu que a relatora oficial da comissão de inquérito é a eleita Alcina Silva e que esta nomeação não foi feita à revelia. Questionou as afirmações da eleita Raquel Feiteira de que o PS trabalhou muito na comissão de inquérito, insinuando que os outros elementos nada fizeram, e apresenta conclusões, mas não diz quais são. Tentou fazer ver à eleita que a representante do BE, se se tinha excluído da comissão de inquérito, não podia participar nas reuniões. Então a eleita trouxe o assunto para a Assembleia para garantir que aqui teria a maioria, já que na comissão, sem o BE, não a teria. Isto não é democrático. A posição do PS tem sido um travão e gostaria de saber o que se está a esconder. Questionou o facto de a Presidente da Mesa fazer parte da comissão de inquérito, uma vez que é assessora do Vice – Presidente da Câmara.-----

A Presidente da Mesa disse que exerce aqui as funções de Presidente da Assembleia e que o que faz fora das assembleias só a si diz respeito. Enquanto conseguir manter a imparcialidade, algo porque sempre pugnou, continuará a exercer as funções para as quais foi eleita.-----

Não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa solicitou esclarecimentos a quem apresentou o relatório, pois o último ponto fazia referência a uma proposta para votação. Entretanto, como deu entrada uma outra proposta, gostaria de saber se é para votar as duas propostas: a do relatório e a do documento A.-----

DURVAL FERNANDES – Tomou a palavra para voltar a afirmar que o relatório é ilegal e é igualmente ilegal extinguir uma comissão que ainda não apresentou um relatório, pelo que nenhum dos dois deve ser votado.-----

A Presidente da Mesa esclareceu que a alínea da Ordem de Trabalhos fala de “Apreciação de Relatório”, mas o relatório refere-se a “deliberar votar”. Entretanto, a proposta agora apresentada entra em conflito com a parte final do relatório.-----

RAQUEL FEITEIRA – Disse que face à proposta agora apresentada, a última parte do relatório deixa de fazer sentido e, portanto, apenas a proposta iria à votação.-----

A Presidente da Mesa esclareceu que todas as propostas apresentadas sempre foram levadas à votação e que nunca impediu que um documento fosse levado à discussão.-----



PAULO SOARES – Perguntou se o último parágrafo do relatório era mesmo para retirar. Se tal acontecer, só reflete o atabalhoamento de quem o elaborou. -----
A Presidente da Mesa, após consulta ao PS, confirmou que o último parágrafo seria retirado e seguidamente, colocou à votação o **documento A**, tendo sido obtido um empate. O eleito Paulo Soares, propôs uma votação nominal. A Presidente da Mesa, socorrendo-se do regimento, aprovou essa proposta e passou a fazer a chamada dos eleitos, para saber qual o sentido de voto de cada um. O resultado foi o seguinte: Célia Maria Mendes Correia – a favor, Alvarina Fernanda da Costa Ribeiro Oliveira Peixoto – a favor, Maria Raquel Feiteira – a favor, José Lopes Armando – a favor, Marília Carolina Guedes Morgado Moreira Gomes – a favor, Joana Alexandra Carvalho Rangel – a favor, Marco António Pinto Rodrigues – a favor, Célia Maria Guedes Ferreira da Silva Barra – a favor, Pedro Manuel Antunes Banhudo – a favor, Joaquim António Dias Andrade – contra, Maria Enói de Oliveira da Rocha Natividade – contra, Paulo Alexandre Ramos de Figueiredo Soares – contra, Celso António Almeida Gomes – contra, Alcina da Silva Santos da Silva – contra, Joaquim Fernando Fonseca Pereira dos Santos – contra, Jorge Filipe Simões Monteiro – contra, Durval Soares Fernandes – contra, Diana Sofia Oliveira Valente – contra e Maria João de Matos Rodrigues Macedo – abstenção. Tendo sido confirmado o empate, nestas circunstâncias o voto da Presidente da Assembleia é de qualidade, pelo que a proposta foi aprovada por maioria, com dez votos a favor, do PS, 9 votos contra do PSD, CDS e CDU e 1 abstenção do BE. -----

DURVAL FERNANDES – Tomou a palavra para fazer a leitura de uma declaração de voto – **Anexo n.º 1**. -----

PAULO SOARES – Tomou a palavra para dizer que a democracia funcionou mas não espelha aquilo para que foram eleitos. É com tristeza que constata que não se quis apurar a verdade e não se deixou a comissão de inquérito trabalhar. A responsabilidade fica sobre a Presidente da Assembleia porque foi o seu voto que decidiu tudo. Reiterou o seu pedido de saber onde estão as atas da comissão de inquérito porque o que fica é uma comissão de pessoas que nada fizeram. -----

ALCINA SILVA – Como declaração de voto, disse que o PSD considera uma ilegalidade tanto o relatório como esta proposta. Só em sede de comissão se poderia fazer a votação de um relatório. Só com a continuidade da comissão de inquérito se poderia apurar a verdade. Não se aceita a apresentação de um documento que não reúne o consenso. Ainda não se ouviu todos os intervenientes neste processo. Esta extinção reflete interesses que o PSD também gostaria de apurar. Terminou, apelando a todos a refletirem sobre como vai a democracia. -----

Ponto Quatro – Informação da Presidente do Executivo.-----

A Presidente da Mesa convidou os eleitos a inscreverem-se para intervirem neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

DIANA VALENTE – Solicitou esclarecimentos sobre o andamento da situação no Caminho dos Vales. Quis saber a natureza do assunto tratado na reunião entre os moradores do n.º 55 da Rua do Fojo e o arquiteto Carlos Bogas. Perguntou para quando o arranjo da lomba na Rua do Viso e que tipo de intervenção foi



feita na Rua do Rodelo. Questionou quais as questões logísticas abordadas com a Associação de Pais da Escola de Lavadores, bem como o porquê do apoio ao ISPGAYA, que não pertence a Canidelo. Quis saber as conclusões da reunião com as técnicas da Gaia Social e a previsão de emprego das formandas do curso de Geriatria do Centro de Emprego. Terminou perguntando qual é o Projeto de urbanismo referido no relatório. -----

JOAQUIM ANDRADE – Perguntou qual será a utilidade do terreno da Rua do Fojo e se as famílias realojadas na Urbanização Coronel Pinto Simões são de Canidelo. Quis saber que negociações aconteceram envolvendo o administrador da Orbitur e o Parque de Campismo, bem como se há novidades sobre o projeto para a Quinta Marques Gomes. -----

PAULO SOARES – Começou por se congratular com a intervenção da Presidente da Junta na Assembleia Municipal sobre Educação. Continuou, falando sobre a necessidade de se avançar com um cartão do canidense, onde estivessem os números de telefone mais importante para os cidadãos. Referindo-se à inauguração da esquadra da polícia, disse ter estado presente a convite da Assembleia Municipal. Os eleitos da Assembleia de Freguesia podiam ter-se feito convidados. Contudo, a Junta podia ter feito um edital a informar da inauguração porque é a obra mais emblemática de Canidelo dos últimos tempos, a PSP falhou no protocolo, mas Canidelo tem mais segurança. Apelou a que algumas lâmpadas possam ser desatarraxadas porque há iluminação a mais em algumas zonas da freguesia e são os cidadãos a pagar essa fatura. --

A Presidente do Executivo, respondendo aos eleitos, começou por dizer que o Caminho dos Vales está a avançar. Os serviços da Câmara estão a ultimar os documentos para cedência ao domínio público e a Junta irá construir os muros ao 1.º morador. Foi proposto à Câmara fazer a ligação das águas pluviais a partir da Escola de Lavadores, resolvendo assim 2 problemas. A reunião com os moradores do n.º 55 da Rua do Fojo, disse respeito a um terreno interior protegido por um portão e que os moradores gostariam de saber qual a fatia que pertence ao imóvel e qual pertence à Junta. Os moradores gostariam de cuidar do terreno e foi pedida a intervenção da Câmara para fazer a limpeza. A Junta tem a promessa de várias entidades de arranjar a lomba da Rua do Viso, mas tal nunca mais acontece. A Junta não deixará esquecer este arranjo e continua a pressionar as entidades intervenientes. Foi feito um levantamento de paralelo e recolocação do mesmo na Rua do Rodelo, para arranjo de uma lomba. Está previsto um arranjo mais profundo por parte da Câmara. A reunião com a Associação de Pais da escola de Lavadores foi para tentar resolver o problema das águas no recreio e saber da possibilidade de construir um pavilhão desportivo no local onde hoje está implantada uma tenda para os alunos terem aulas de educação física. Não acha que esta construção venha a ser possível. O ISPGAYA fez uma corrida para a defesa do bom nome da Escola e foi num registo de solidariedade que esteve presente. Em relação à Quinta Marques Gomes não tem mais novidades. É um financiamento de uma grande imobiliária com capital estrangeiro. Afirmam que apesar de ser um condomínio fechado com três portões, será um projeto incluso para a freguesia. É um projeto para quem tem dinheiro e não lhe parece que, para além do IMI, a freguesia venha a lucrar muito com este projeto. As famílias



alojadas no Urbanização Coronel Pinto Simões são uma, de Santa Marinha e outra de Mafamude. A Junta foi acolhê-las para que se sentissem bem-vindas em Canidelo. Continuou, dizendo que a Junta foi abordada pelo Presidente da Orbitur para fazer uma resposta monopolista na orla marítima, tentando a concessão do Parque de Campismo de Salgueiros. Ora, tal não é possível, porque no Parque há fatias de terreno que ainda não são pertença da Junta. Neste momento, há processos de prescrição a correr nos tribunais para ver se se consegue legalizar todas as parcelas. Na orla marítima, há focos fantásticos nos passadiços, mas nas ruas há falta de lâmpadas. Para as pessoas a falta de luz é igual a falta de segurança. Percebe a questão apresentada pelo eleito, mas também percebe a questão dos moradores que andam a pé. Não sabe qual os critérios da EDP para a distribuição das lâmpadas. O cartão do canidense é uma proposta fantástica e pediu ao leito que apresentasse uma proposta nesse sentido. Em relação à esquadra da PSP, tem dúvida se foi feito convite à população, se foi negligência ou se foi falta de protocolo. Tudo aquilo que tem consciência que deve partilhar com os membros da Assembleia, faz questão de o fazer, através de e-mail ou SMS. Nesse sentido, apresentou 2 convites para uma romagem ao cemitério do Meiral, em 02-11-2014, e para a assinatura do protocolo do Cantinho do Estudo, em 31-10-2014. O curso de Geriatria teve a participação de 20 senhoras que fizeram a formação teórica na ESIC. Atualmente, 16 senhoras estão a fazer o estágio no Instituto do Terço, estando já 3 a trabalhar mesmo lá, e 3 estão a estagiar na ASSIC. As formações nesta área continuam a gerar muita procura. Este estágio termina em janeiro. Os cursos que funcionam em Canidelo têm tido muita afluência, 164 pessoas em 2014, e só não funcionou o curso de Calceteiro, por falta de formador. Agradeceu o apoio da ESIC, do Agrupamento D. Pedro I e da Cooperativa Tripeira na realização destes cursos. -----

Seguidamente, a 1.^a Secretária fez a leitura da minuta da ata desta reunião, que posta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo, dada por terminada, eram onze horas e cinquenta e nove minutos, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo 1.^o Secretário e pela Presidente da Assembleia de Freguesia. -----
